

ENSINO HÍBRIDO: A PRODUÇÃO DA POLÍTICA CURRICULAR NEOTECNICISTA¹

Simone Gonçalves da Silva - UFPel

Franciele Roos da Silva Ilha - UFPel

Aline Gonçalves de Moura - UFPel

Álvaro Moreira Hypolito - UFPel

RESUMO

A pesquisa problematiza o ensino híbrido e a sua relação com as políticas de padronização curricular, com o objetivo de analisar seus possíveis efeitos para o currículo, a formação de professores e o campo da didática. Utiliza a abordagem qualitativa, com um levantamento bibliográfico e documental para tratar do ensino híbrido e sua associação com políticas de matrizes curriculares. Como perspectiva, entende-se que a proposição do ensino híbrido, com a inserção de metodologias ativas de ensino, configura-se não apenas como uma possibilidade pedagógica, que mescla tempos e espaços mediados pela utilização de tecnologias digitais, mas também como uma política de padronização e centralização curricular neotecnicista que orienta a seleção dos conhecimentos escolares, as práticas de ensino, as metodologias pedagógicas e os processos avaliativos para atender a agenda educacional global neoliberal que repercute sobre a compreensão de escola democrática no âmbito da Educação Básica.

Palavras-chave: Ensino Híbrido, Política Educacional, Currículo.

INTRODUÇÃO

O ensino híbrido, com sua proposição das metodologias ativas, vem sendo pesquisado. As metodologias ativas vêm sendo reconfiguradas e emergiram a partir da pandemia de COVID-19, em 2020. Entretanto, de acordo com Moura (2024, p. 19), “a implementação do ensino remoto e/ou do ensino remoto emergencial, recorrentes no princípio da pandemia, não podem ser caracterizados como ensino híbrido ou ainda ser confundidos com as propostas que o circundam”.

Todavia, importa entender como se articulam propostas de ensino híbrido na educação pública e de que maneira se articula a política educacional, em um cenário de agenda neoliberal que determina as propostas educacionais. As condições materiais para o ensino híbrido em escolas públicas não têm sido debatidas, já apresenta atalhos com soluções do tipo "ensino híbrido adaptado", o que significa fazer como for possível, de qualquer jeito. O importante é a

¹ Apoio Financeiro da Chamada Universal - Chamada CNPq/MCTI N° 10/2023 – Processo: 405183/2023-2, Projeto Redes Globais de Governança, BNC-Formação e Ensino Híbrido: implicações para o currículo e trabalho docente vinculado ao Centro de Estudos em Políticas Educativas – CEPE/FaE/UFPel.

De fato, o que pode ocorrer é uma negação do direito à educação, um aumento das desigualdades educacionais e sociais entre as classes sociais.

O trabalho problematiza o ensino híbrido como uma política e seus efeitos para o currículo, a formação de professores e o campo da didática. Para isso, esta pesquisa qualitativa teve como estratégia metodológica o levantamento bibliográfico e documental que trata do ensino híbrido (ver MOURA, 2024), principalmente em artigos científicos e trabalhos acadêmicos em nível de pós-graduação *stricto sensu*, e sua relação com políticas de matrizes curriculares.

PRESSUPOSTOS DO ENSINO HÍBRIDO E SUAS INTERFACES

A movimentação política que se articula a partir de uma agenda global para a defesa do ensino híbrido apresenta mudanças profundas na educação. As argumentações para a sua implementação envolvem a relevância de métodos ativos que permeiam o ensino híbrido; a defesa incessante do uso das tecnologias e sua inevitável necessidade; a flexibilidade oferecida aos estudantes e docentes, dentre outros.

Queiroz, Lima e Chaves (2020) mostram o consenso no campo da política educacional de que desde os anos de 1970 a educação passou a receber um novo sentido global, conforme investidas do Banco Mundial em pensá-la como um campo social passível de transformar o mundo e diminuir a sua pobreza. A área de educação, em particular os estudos de currículo no Brasil, tem sido influenciada por políticas globais de educação que orientam a organização de políticas para o sistema educacional. Muitas dessas tendências estão baseadas na padronização da educação e do ensino, com fortes sistemas de avaliação e *accountability*.

As reformas na educação potencializam a meritocracia, a eficiência, a competitividade, a comparação e o resultado. Este modelo educacional é apresentado como solução política para os problemas da qualidade da educação pública. De acordo com Moura (2024), a influência dessas agendas, associada à ação dos grupos privados na área da educação, estabelece propostas educacionais cada vez mais orientadas para o neotecnicismo e pelo gerencialismo, em um contexto de reorganização do Estado, com a profusão de redes globais de governança, com pressupostos neoliberais, que buscam definições importantes para as reformas educacionais (GRIMALDI, BALL, 2019).

Considera-se a política de um currículo unificado, no caso a Base Nacional Comum Curricular da Educação Básica (BNCC-Educação Básica), a Base Nacional Comum Curricular na etapa do Ensino Médio (BNCC-EM) e a Base Nacional Comum da Formação de Professores



XXII ENCONTRO NACIONAL DE BNC-FORMAÇÃO

A BNC-Formação inicial e a BNC-Formação continuada estão alinhadas às orientações da BNCC, com forte investimento nas políticas de avaliação nacional e internacional, que também se relacionam com a proposição da reforma do “Novo Ensino Médio” (NEM).

Conjuntamente, verifica-se a expansão do ensino híbrido e das metodologias ativas não somente inseridas nas propostas curriculares BNCC e NEM, mas também na produção de uma política de matriz curricular tal como as Diretrizes Gerais sobre Aprendizagem Híbrida (DGAH) e as Diretrizes Nacionais Orientadoras para o desenvolvimento da Educação Híbrida e das práticas flexíveis do processo híbrido de ensino e aprendizagem no nível da Educação Básica. Esses dois documentos relacionados ao ensino híbrido, levados a consulta pública em 2021 e 2023, respectivamente, elaborados pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), surgem a partir da suspensão das atividades presenciais de ensino e aprendizagem durante a pandemia de COVID-19, e indicam a urgência na reorganização das dinâmicas de ensino e aprendizagem em momentos de crise. Percebe-se que, a partir do contexto pandêmico, o ensino híbrido (re)surgiu e se (re)configurou.

Essas políticas curriculares padronizadas e centralizadoras surgem como proposição para garantir a qualidade da educação na Educação Básica com objetivo de superar os baixos resultados no IDEB, no PISA e os elevados indicadores de reprovação e evasão. Tais políticas, ao mesmo tempo, propõem uma formação mais flexível que atenda aos interesses dos estudantes, o que vem sendo difundido em defesa da BNCC e do NEM, bem como da educação híbrida.

O ensino híbrido modelo para o ensino na Educação Básica é apresentado pelas DGAH como uma metodologia pedagógica flexível e uma alternativa à ampliação curricular. O ensino híbrido é defendido como uma política de centralização curricular visto que estabelece práticas de ensino e de aprendizagem na Educação Básica. Nessa direção, infere-se que a lógica do ensino híbrido está articulada a um currículo nacional – BNCC; por sistemas de avaliação – como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB); e por uma política de formação docente – com a BNC-Formação.

Diante disso, observa-se a transformação de questões de educação em questões técnicas, que se refletem em práticas orientadas por noções de performance, avaliação e resultados. Esse movimento está marcado no sistema educacional por características oriundas da iniciativa privada. É nesse imbróglio que o ensino híbrido, com entendimentos diversos devido à ausência de consenso quanto a sua definição, desenha-se como alternativa para a transformação e o desenvolvimento da prática pedagógica via modelos inovadores e metodologias ativas



XXII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM ENSINO (MOURA, 2024). Por se basear no ensino

focado em técnicas, o ensino híbrido reflete a tendência das políticas curriculares de estabelecer padrões de reorganização da escola, busca estabelecer padrões de desempenho e de suposta autonomia dos estudantes, potencializados pelas recentes reformas educacionais neoliberais.

O aumento do uso dessas tecnologias no contexto atual foi beneficiado por políticas de incentivos às tecnologias na educação durante a pandemia, pois havia um ambiente propício para tal. O momento pandêmico aguçou as injustiças sociais e econômicas, e deixou evidente que o sistema público está muito distante de um padrão mínimo de qualidade. Não há estrutura física e material na educação pública, em termos de equipamentos, insumos, redes de comunicação, internet, etc., para garantir condições mínimas a estudantes de classes sociais desfavorecidas. Houve um impulso de grandes empresas da área de tecnologias com lucros imensos. Google Meet, Zoom, Classroom, Telegram tornaram-se palavras de uso comum.

Na implementação da BNCC, do NEM e da BNC-Formação cresceu o debate sobre a supremacia do ensino híbrido nesse cenário, não no sentido simplificado de mesclar somente ensino remoto/presencial, mas no sentido mais definidor do tema que é o ensino híbrido, como uma metodologia construída como inovação metodológica para a educação dos tempos atuais. É uma didática que mistura (blend) dinâmicas de grupo, métodos, ambientes virtuais, atividades presenciais, uso de tecnologias, etc, ao mesmo tempo em que produz efeitos na constituição do sujeito educacional. A tese apresentada é que se está diante de uma concepção pedagógica neo-tecnicista, que naturaliza o uso de tecnologias virtuais e digitalização na educação e nos processos de ensino, principalmente após a pandemia de COVID-19, período em que muitos foram obrigados a trabalhar virtualmente. Além disso, naturaliza o uso de atividades de ensino centradas em técnicas – grupos "autônomos", estudos auto-dirigidos, dentre outras técnicas, como se fossem pedagogias ativas, centradas no estudante, nas quais vigora a aprendizagem personalizada e o respeito aos ritmos de aprendizagem.

O ensino híbrido, como concepção neo-tecnicista, se apresenta como possibilidade pedagógica, que mescla tempos e espaços mediados pela utilização de tecnologias digitais e que disputam o campo do currículo. O ensino híbrido encontra-se, assim, centrado nos resultados, nas técnicas, permeado por preceitos gerencialistas, que se apresentam como alternativa ou resposta aos problemas e limitações da educação, adequado às necessidades sociais, pautado em processos de ensino e aprendizagem cada vez mais flexíveis (MOURA, 2024). Diante de dificuldades de aprendizagem, de índices de fracasso da educação pública, os argumentos centram-se no ensino híbrido como uma solução pedagógica, uma resposta possível para qualificar os processos educacionais. Percebe-se fortes prescrições educativas para



reorganizar a educação nacional, as escolas, as práticas pedagógicas e as ações dos sujeitos da educação a partir de concepções neoliberais de resultado/eficiência, de princípios gerencialistas, de pedagogia das competências, enfim, de práticas de construção de sujeitos empreendedores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O central aqui foi problematizar o ensino híbrido como uma produção política que disputa o controle de currículos, da formação e do trabalho docente. Partiu-se do entendimento de que tais políticas compreendem um imaginário neoliberal, instituído a partir de modelos gerencialistas de redes globais de influência, que promovem as parcerias público-privadas e as políticas de avaliação. Esse imaginário se baseia, respaldado pelo modelo empresarial, em produtividade, concorrência e competitividade, e se encontra imbuído de ideias de privatização e comercialização, com impacto nos processos de ensino e aprendizagem. A organização dos conteúdos, os métodos e as práticas de ensino são alguns dos aspectos que se encontram atravessados por este imaginário neoliberal.

REFERÊNCIAS

GRIMALDI, E.; BALL, S. J. The blended learner: digitalisation and regulated freedom - neoliberalism in the classroom. **Journal of Education Policy**, 36(3), p. 393–416. 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/02680939.2019.1704066>>. Acesso em: 15 jun. 2024.

MOURA, A. G. de. **Neoliberalismo na Educação: uma análise do ensino híbrido**. 2024. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2024.

QUEIROZ, L. de A.; LIMA, J. A.; CHAVES, E. R. M. Ensino Remoto e Crise da Aprendizagem: Críticas às Prescrições do Banco Mundial. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 3, n. 1, p. 1-12, 2022. Disponível em: <<https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/8759>>. Acesso em: 10 jun. 2024.